

EDER LUIS TOMOKAZU KAMITANI

A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA IRLANDA NA DÉCADA DE 90

**Monografia apresentada como
requisito para conclusão do
curso de Ciências Econômicas,
Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Cássio
Frederico Camargo Rolim**

CURITIBA

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

EDER LUIS TOMOKAZU KAMITANI

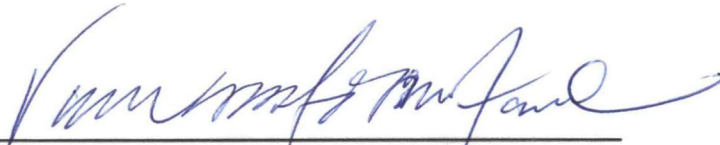
A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA IRLANDA NA DÉCADA DE 90

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

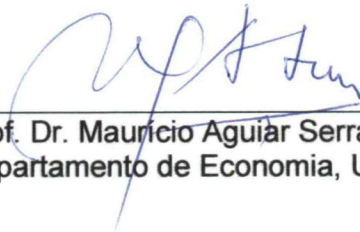
Orientador:



Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo Rolim
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Dr. Luiz Vamberto de Santana
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Dr. Mauricio Aguiar Serra
Departamento de Economia, UFPR

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	iv
LISTA DE TABELAS	v
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
2.1 MOBILIDADE INTERNACIONAL DE FATORES.....	5
2.1.1 Corporações multinacionais.....	7
2.2 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	9
2.3 MODELOS NEOCLÁSSICOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	11
2.3.1 O modelo de Solow.....	11
2.3.2 O modelo de Solow com capital humano.....	15
2.3.3 O modelo de Romer.....	16
2.4 FATOR CULTURAL: LAÇOS HISTÓRICOS ENTRE EUA E IRLANDA.....	18
3 A RECESSÃO IRLANDESA NA DÉCADA DE 1980.....	22
3.1 O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO NACIONAL.....	24
4 A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA IRLANDA.....	27
4.1 O SISTEMA EDUCACIONAL DA IRLANDA.....	30
4.2 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA IRLANDA.....	32
4.3 FUNDOS ESTRUTURAIS DA UNIAO EUROPÉIA.....	34
4.4 FATORES QUE INFLUENCIAM O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA IRLANDA.....	38
5 CONCLUSÃO.....	42
6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	45

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – MODELO DE SOLOW	13
GRÁFICO 2 – MODELO DE SOLOW COM PROGRESSO TÉCNICO.....	14
GRÁFICO 3 - TAXA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NO MODELO DE SOLOW.....	14
GRÁFICO 4 - RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA IRLANDA.....	43

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NA IRLANDA EM COMPARAÇÃO À UNIÃO EUROPÉIA E LESTE EUROPEU.....	4
TABELA 2 - CRESCIMENTO ECONÔMICO DA IRLANDA NA DÉCADA DE 90.....	27
TABELA 3 - ALOCAÇÃO SETORIAL DE EMPRESAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO.....	29
TABELA 4 - ALOCAÇÃO DE FUNDOS ESTRUTURAIS NA IRLANDA.....	37
TABELA 5 - TAXA CORPORATIVA NA IRLANDA E EM OUTROS PAÍSES.....	39

1. INTRODUÇÃO

A República da Irlanda é um pequeno país localizado na parte noroeste da Europa. Geograficamente, os países mais próximos são Irlanda do Norte (que ocupa a parte superior da ilha) e Inglaterra (que fica ao leste). A Irlanda é separada da Inglaterra pelo Mar da Irlanda.

A população irlandesa é de 4.239.848 habitantes, segundo o censo de 2006¹. Usufruem alto padrão de vida: além de um alto IDH (0,959 em 2007²), 99,9% da população é alfabetizada, possuem uma taxa de mortalidade infantil baixa (5,22 mortes a cada mil nascimentos) e uma esperança de vida de 78,9 anos³. A renda per capita foi de US\$60.208 em 2007.⁴

Independente desde 1922, é considerada uma república democrática parlamentarista⁵. Foi por muito tempo colônia inglesa, fornecendo a metrópole gêneros alimentícios e mão-de-obra barata. Nas últimas duas décadas, a economia irlandesa modernizou-se, sendo a indústria o setor predominante: corresponde a 46% do PIB, 80% das exportações e 29% da mão-de-obra empregada, ao passo que o setor primário, corresponde à agricultura e extrativismo, corresponde a 5% do PIB em 2006⁶. O PIB da Irlanda de 261, 247 bilhões de dólares em 2007⁷.

A dependência da Irlanda em relação à Inglaterra foi determinante para o baixo desempenho da economia irlandesa no século XIX e grande parte do século XX. A exportação de alimentos para a Inglaterra, em detrimento do fornecimento para o mercado local, culminou na Grande Fome (1845-1849) no século XIX, além de contribuir para o aumento de emigrações para a Inglaterra e EUA.

Embora a independência tenha conferido à Irlanda a autonomia política, no plano econômico ela demonstrava a mesma estrutura da Irlanda colonial – permanecia um país agro-exportador, com poucas indústrias. A manutenção

¹ www.cso.ie

² <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/02/weodata/weorept.aspx?sy=2004&ey=2008&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=178&s=NGDPDPC%2CNGDPDPC%2CPPPGBP%2CPPPGBP%2CLP&grp=0&a=&pr.x=52&pr.y=5>

³ http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_complete.pdf

⁴ idem

⁵ http://www.taoiseach.gov.ie/attached_files/Pdf%20files/Constitution%20of%20Ireland.pdf

⁶ http://www.oecd.org/document/50/0,3343,en_33873108_33873500_36173106_1_1_1_1,00.html

⁷ idem 4

dessa estrutura arcaica perpetuava a situação de penúria da população. Desta forma, as emigrações continuavam a aumentar.

As primeiras mudanças significativas na Irlanda ocorreram na década de 1970, com o ingresso deste país na União Européia. A inserção neste bloco econômico era o primeiro passo para reduzir o protecionismo e intensificar o comércio e a geração de riqueza na Irlanda.

Entretanto, no mesmo período do ingresso na União Européia, a Irlanda entrou numa profunda recessão. Com a instabilidade gerada pela Crise do Petróleo (1973 e 1979), houve queda nas exportações irlandesas. A redução das exportações teve amplos impactos no setor produtivo, gerando desemprego. O reduzido mercado interno da Irlanda não era o bastante para manter próspero o setor agrícola e manufatureiro.

A situação econômica da Irlanda era desoladora: baixa taxa de crescimento, alto desemprego (17% em 1985) e inflação (20,3% em 1985). A indústria local era tecnologicamente defasada e ainda sofria para se adaptar a abertura do mercado. O país, altamente endividado (a dívida pública era de 120% do PIB), estava sem capacidade de investir.

Embora o processo de recuperação não se dê a partir de um período determinado, é consenso que o ano de 1987 é chave para a recuperação da economia irlandesa. Trata-se do ano onde houve um amplo pacto social contemplando governo, partidos, sindicatos e empresas. Esse pacto foi denominado Programa de Recuperação Nacional (PNR – Program for National Recovery).

O que se vê a partir de 1990 é a decolagem do desempenho econômico da Irlanda. O crescimento econômico em taxas elevadas veio acompanhado de uma reconfiguração da economia irlandesa. Se antes era um país essencialmente agrário, gradualmente formou um parque industrial moderno e sofisticado, que engloba desde softwares até indústria química e farmacêutica.

O êxito da PNR esteve aliado a reformas anteriores, tais como mudanças na educação e abertura da economia. A PNR deu condições para que as reformas e mudanças anteriores surtisserem efeito.

É importante frisar que, embora mudanças internas tenham viabilizado este processo de recuperação, o principal fator foi a entrada de investimento estrangeiro externo. O'LEARY (1999, p.3) constata que a diferença entre o PIB

e o PNB da Irlanda era de 15% em 1995, ao passo que a média nos outros países da União Européia era de 1%, sendo o PIB da Irlanda 15% maior que o PNB. Uma vez que essa diferença corresponde à renda líquida enviada ao exterior, isso evidencia uma grande presença de indústrias estrangeiras, considerando desprezível a remessa de salários de estrangeiros residentes na Irlanda.

O escopo deste trabalho é analisar a recuperação econômica da Irlanda na década de 90 sob o prisma do capital estrangeiro. Mais especificamente, tentarei demonstrar o que tornou a Irlanda tão atrativa ao capital estrangeiro, considerando que nos anos 80 a situação era bastante adversa.

Para compreender tal fenômeno, focarei a ação do governo irlandês, a importância da União Européia, as qualidades da mão-de-obra irlandesa e a questão dos custos de produção na Irlanda.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo dividir-se-á em quatro partes. Num primeiro momento serão tratados os determinantes da mobilização internacional de fatores. Em seguida, será analisada a integração econômica. Logo após, será revisado as teorias neoclássicas do crescimento econômico. Finalmente, serão analisadas nesta parte as afinidades culturais entre EUA e Irlanda.

A mobilidade internacional de fatores é fundamental para entender o desenvolvimento da Irlanda. Observando a tabela abaixo, pode-se perceber que a Irlanda é o país da Europa com maior intensidade de investimentos estrangeiros diretos.

TABELA 1: INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NA IRLANDA EM COMPARAÇÃO À UNIÃO EUROPÉIA E LESTE EUROPEU - 2005

	Participação de emp. estrangeiras na prod. de manufaturas	Participação de empresas estrangeiras no setor de serviços	Investimentos estrangeiros diretos per capita
Irlanda	49%	22%	US\$ 53732
EU15	23%	10%	US\$ 9796
CEE	23%	16%	US\$ 2403

Fonte: BARRY (2007, P.2) – dados da OCDE e UNCTAD

Além do investimento estrangeiro direto per capita na Irlanda ser seis vezes maior que o da média da União Européia pré-2004, as empresas estrangeiras na Irlanda dominam metade do setor manufatureiro. Se diretamente isso não demonstra que as indústrias manufatureiras irlandesas não sejam representativas, necessariamente demonstra que o capital estrangeiro domina o setor produtivo, seja construindo novas plantas industriais, seja adquirindo empresas locais.

A condição de membro da União Européia é imprescindível para explicar a ascensão da economia da Irlanda. Ser membro da União Européia tornou-a

atrativa ao capital norte-americano, sequioso pelo mercado europeu⁸. Os americanos assim usufruiriam dos acordos de livre comércio da Irlanda, evitando taxações em demasia.

A fato de pertencer à União Européia tornou a Irlanda apta para receber os fundos estruturais da União Européia⁹. Esse fator não explica diretamente a atratividade, mas dá condições para melhorar a estrutura produtiva da Irlanda, seja através de obras de transporte, usinas de energia e telecomunicações, seja através da qualificação da mão-de-obra.

Os modelos neoclássicos de crescimento de Solow e de Romer são interessantes instrumentos para compreender o desempenho econômico da Irlanda, pois explicam o processo de convergência¹⁰ em relação a União Européia, analisando sob o viés da acumulação de capital físico e humano.

Complementando estes fatores, há ainda a afinidade cultural entre Irlanda e EUA, tal como apontada por O'CONNOR¹¹. Este fator, difícil de ser mensurado e medido, tem igual importância de outros fatores. O prévio conhecimento da Irlanda pelo empresariado americano reduz as incertezas para investir, algo que é quantitativamente impossível de se expressar, mas facilmente entendido do ponto de vista qualitativo.

2.1 MOBILIDADE INTERNACIONAL DE FATORES

A economia irlandesa recebeu grande quantidade de investimentos estrangeiros diretos nas últimas décadas. Investimentos diretos são dispêndios em investimentos reais, tais como a compra de maquinários, construção de instalações e outras formas de capital fixo.

⁸ BARRY, F. **Third level education, foreign investment and economic boom in Ireland**. Int. J. Technology Management, vol. 38, nº 3. 2007.p. 203.

⁹ O'LEARY, E. **Regional income estimates for Ireland: 1995**. Department of Economics – University College Cork. P. 3

¹⁰ HONOHAN, P. WALSH, B.M. **Catching up with the leaders: The Irish Hare**. Brooking Panei on economic activity, I. 2002.

¹¹ O'CONNOR, T.P. **Foreign direct investment and indigeneous industry in Ireland: review of evidence**. Working paper 22/01. Disponível em <http://www.one-europe.ac.uk/pdf/w22o%27connor.pdf>. Acesso em 20/07/2008.

Conforme SALVATORE (1999,p. 216), os motivos para investimentos diretos no exterior são muito parecidos com o dos investimentos em carteira. Obviamente os investidores buscam obter rendimentos mais elevados e diversificar os seus riscos.

O primeiro motivo está relacionado à idéia de maximizar os lucros e de agir com a expectativa dos agentes. Ou seja, se o agente espera obter maior ganho investindo em outro país, comprando papéis e títulos, ele fará o investimento, aproximando-se da realização do objetivo de aumentar o lucro. O mesmo raciocínio vale para o investimento direto – ocorrendo a expectativa de ganho, o investidor considera a possibilidade de investir. Por investimento direto entende-se como dispêndio em investimentos reais, tal como a compra de maquinários, instalações e outras formas de capital fixo.

O segundo motivo está relacionado ao risco inerente de cada investimento. Ou seja, os rendimentos de alguns títulos contrabalanceiam a queda de rendimento de outros títulos. Deste modo, o investimento em títulos estrangeiros possibilita um maior número de combinações para o investidor. O investidor distribui melhor seus investimentos e concilia investimentos com maiores expectativas de lucro e maiores riscos àqueles com menor risco e menor expectativa de retorno. Por exemplo, pode combinar títulos públicos de um país desenvolvido (que tem retorno garantido, embora com poucas variações) à ações de empresas ou mesmo na compra de instalações (com maior possibilidade de retorno e maiores riscos) na mesma carteira de investimentos.

Segundo SALVATORE (1999), os investimentos externos diretos são efetuados por grandes corporações multinacionais. Isso se deve aos riscos intrínsecos à operações no exterior e ao volume de investimentos que torna viável tais investimentos. Pequenas e médias empresas dificilmente possuem capital ou escala necessária, assim como tendem a não estarem predispostos a enfrentarem esse risco.

Quando as corporações multinacionais efetuam tais investimentos, visam reduzir custos através de obtenção de matéria-prima e formar uma cadeia ininterrupta de oferta (integração vertical), ou para produzir no exterior um produto diferenciado que também seja produzido internamente (integração horizontal).

A integração vertical é almejada pelas corporações multinacionais, pois a garantia de fornecimento de matéria-prima via incorporação de empresas fornecedoras auxilia-a salvaguardar de oscilações no preço, e conseqüentemente diminui o preço do produto final.

A integração horizontal prolonga o potencial de vendas de um produto. Estender a produção e as vendas para um novo mercado seria a possibilidade de continuar vendendo um produto cujo potencial de venda tenha caído ou que já esteja obsoleto em outro mercado.

SALVATORE enuncia outros motivos pelo qual se efetua investimentos externos diretos. Cabe destacar entre eles a busca de menores tarifas, o usufruto de subsídios e a tentativa de transpor barreiras e restrições.

Uma menor tributação e um subsídio de produção podem viabilizar a produção, mesmo a custos mais elevados que no país de origem. Uma tributação menor pode tornar viável uma dada atividade. Os subsídios atendem essa lógica e podem atrair empresas, que com os subsídios podem produzir com uma margem de lucro praticamente garantida.

Quanto às barreiras e restrições, a empresa multinacional deve ressaltar se a instalação de uma nova estrutura de produção é menos onerosa que a tributação do comércio internacional. Uma empresa americana pode-se instalar num país europeu para usufruir de acordos da União Européia e exportar a menores custos. Da mesma forma, uma empresa inglesa ou alemã podem instalar-se no Canadá ou nos Estados Unidos para vender para o mercado norte-americano.

Visto até agora a importância das grandes corporações multinacionais nos investimentos estrangeiros diretos, cabe aqui efetuar uma consideração a respeito das corporações multinacionais.

2.1.1 Corporações multinacionais

As corporações multinacionais são empresas de grande porte que possuem, controlam e administram operações de produção e comércio em vários países (SALVATORE, 1999, p. 220). Estas corporações transferem da matriz para as filiais a tecnologia e o suporte empresarial em troca de remessas de lucro.

O grande benefício de ter filiais em diversos países é que a matriz pode usufruir das vantagens competitivas de cada região. Deste modo, as corporações podem distribuir suas unidades de produção de acordo com o país onde se localiza as filiais. Um componente menos intensivo em capital e mais intensivo em mão-de-obra pode ser produzido num país com salários mais baixos e mão-de-obra abundante, ou seja, num país menos desenvolvido. Em contraste, os componentes mais sofisticados seriam produzidos em países com mão-de-obra mais qualificada e melhores maquinários.

O grande porte das empresas multinacionais também tem a vantagem de gerar uma economia de escala em pesquisa e desenvolvimento e em pesquisas de mercado (SALVATORE, 1999,p. 223). Empresas grandes podem ter mais departamentos especializados. A especialização confere possíveis melhorias no processo de gestão, por poder aumentar seu foco em determinado problema.

Além disso, os gastos com pesquisa podem demorar muito a dar retorno, e somente as empresas grandes podem esperar sem grandes sobressalto.

Um aspecto importante no que tange as empresas multinacionais é a transferência de preços. O'LEARY (1999, p. 8) afirma que na Irlanda grande parte da remessa de lucros deve-se a essa prática. A transferência de preços é uma forma legal de reduzir a incidência total de impostos e tributos, através do comércio entre matriz e filial, ou mesmo, do comércio entre filiais. A prática de transferência de preços é a elevação de preço dos componentes remetidos para uma afiliada de uma nação de impostos mais elevados e em seguida sucedida pela diminuição do preço dos produtos remetidos à afiliada da nação de impostos mais elevados. Basicamente, isso ocorre devido não só a diferença na tributação, mas também dos acordos de comércio que o país possui.

A seguir verificarei as implicações e benefícios de tratados e acordos de integração econômica. Empresas multinacionais levam em conta os acordos comerciais dos países para determinar a localização de suas filiais.

2.2 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

A integração econômica pode ser entendida como uma política comercial que busca viabilizar o comércio internacional entre nações signatárias, através da redução de barreiras (SALVATORE, 1999). Para se considerar as implicações do processo de integração econômica é necessário verificar o nível de integração.

Segundo BAUMMAN et alli (2004), a integração pode ser efetuada nos seguintes níveis: área de preferências comerciais, áreas de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária e união política.

Uma área de preferências comerciais é uma negociação de redução ou isenção de impostos no comércio entre dois ou mais países. É um acordo que envolve setores específicos – o país A negocia com um país B a redução de impostos para a negociação de apenas alguns produtos, cuja demanda seja muito urgente ou cuja oferta interna seja nula.

A área de livre comércio é um nível um pouco mais profundo de integração econômica. Os países signatários de uma área de livre comércio efetuam acordos generalizados, diferente da área de preferências comerciais, que atendem apenas a interesses pontuais. Não há, entretanto um alinhamento de política comercial em relação a países não-signatários. Os países A, B e C, por exemplo constituem uma área de livre comércio; entre eles há uma redução generalizada de barreiras. O comércio com um país D, não signatário, pode ser diferente com A, com B e com C; cada país signatário define a forma de negociar com um país não-signatário. Quando ocorre um alinhamento em relação aos países não-membros, forma-se uma união aduaneira, ou seja, uma união que apresenta um nível maior de integração por harmonizar a política externa entre países não-membros, evitando possíveis formas de desfavorecer algum país-membro.

O próximo nível de integração é o mercado comum. O mercado comum acresce a união aduaneira a plena mobilidade de fatores. Isso permite aos países signatários buscarem entre si não só formas mais vantajosas de comercializar, mas também de produzir.

O nível mais profundo de integração é a união política, onde ocorre a fusão dos estados nacionais, concorrendo para a formação de um único estado.

É importante ressaltar que o nível de integração em si não determina os impactos na produção e bem-estar dos países membros. É necessário verificar se houve criação de comércio ou desvio de comércio.

Uma união aduaneira é considerada favorável quando cria comércio ou diversifica-o. Criar comércio é uma possibilidade de reduzir custos e preços através da importação, via concorrência. Diversificar é uma possibilidade de se conseguir economia de escala e ampliar o mercado.

A criação de comércio ocorre quando parte da produção interna é substituída por importações de um país-membro da União. Neste caso, privilegiar o comércio da União concilia com o objetivo de obter menores preços. Já o desvio de comércio é a substituição de importação mais barata de país não-membro por importação mais cara de país-membro. O desvio de comércio aumenta o preço pago para determinado bem ao privilegiar a produção do país-membro.

A união aduaneira é o nível de integração a partir do qual há uma harmonização da política comercial entre os países membros. Segundo SALVATORE (1999), o número de membros, as barreiras comerciais antes da união em relação aos países não-membros, o número de integrantes, o tamanho dos países, a proximidade geográfica e a concorrência entre a produção dos países membros são fatores que influenciam a criação do comércio. A abrangência da União reduz a possibilidade de haver produto mais barato fora da União. A proximidade geográfica reduz a significância do preço dos transportes nas transações entre os países membros. A concorrência reduz os preços, facilitando o comércio entre os países.

A União Européia é, além de união aduaneira, uma área de união monetária e mercado comum. A criação de uma moeda comum e o esforço no sentido de reduzir disparidades (por exemplo, através dos fundos estruturais) sinaliza a integração almejada.

O ingresso da Irlanda na União Européia, em 1973, expandiu os horizontes da economia irlandesa ao auxiliar a criação de comércio e por dar

acesso aos fundos estruturais da União Europeia, que segundo O'LEARY (1999, p.3) foram fundamentais para torná-la economicamente competitiva.

Os acordos comerciais da Irlanda estão diretamente relacionados com o fluxo de investimentos estrangeiros. Os investimentos estrangeiros, sob a forma de capital fixo, incrementaram a capacidade produtiva da Irlanda. O capital acumulado e a melhoria da mão-de-obra foram fundamentais para o longo ciclo de crescimento econômico.

Por partir do pressuposto de que a alteração da combinação destes fatores é determinante para a promoção do crescimento econômico e desenvolvimento, explicarei o modelo de Solow (que utiliza a acumulação de capital per capita para explicar o crescimento econômico) e o modelo de Romer que adiciona ao modelo de Solow um desenvolvimento tecnológico endógeno).

2.3 MODELOS NEOCLÁSSICOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Conforme BLANCHARD (2004, p. 208), o crescimento econômico de um país, em longo prazo, pode ser explicado pelas taxas de poupança e investimento de um país. Se no curto prazo variações na conjuntura local ou internacional podem levar a um período de crescimento, no longo prazo as circunstâncias perdem espaço para algo mais consistente: a capacidade de uma nação guardar parte de sua receita e investir em aprimoração da estrutura produtiva – depende da capacidade de acumular capital.

Os modelos neoclássicos de crescimento são adequados para explicar o crescimento por fazerem uso da relação entre capital e trabalho para explicar as taxas de crescimento.

O modelo de Solow é o mais difundido e será explicado a seguir. Logo após, será explicado o modelo de Romer.

2.3.1 O modelo de Solow

O modelo de Solow é basicamente expresso por duas equações:

$$(I) \quad y = k^a$$

$$(II) \quad \dot{K} = Sy - (n+d+g)K$$

$$Y = K/L$$

$$0 < a < 1$$

$$\dot{K} = dk/dt$$

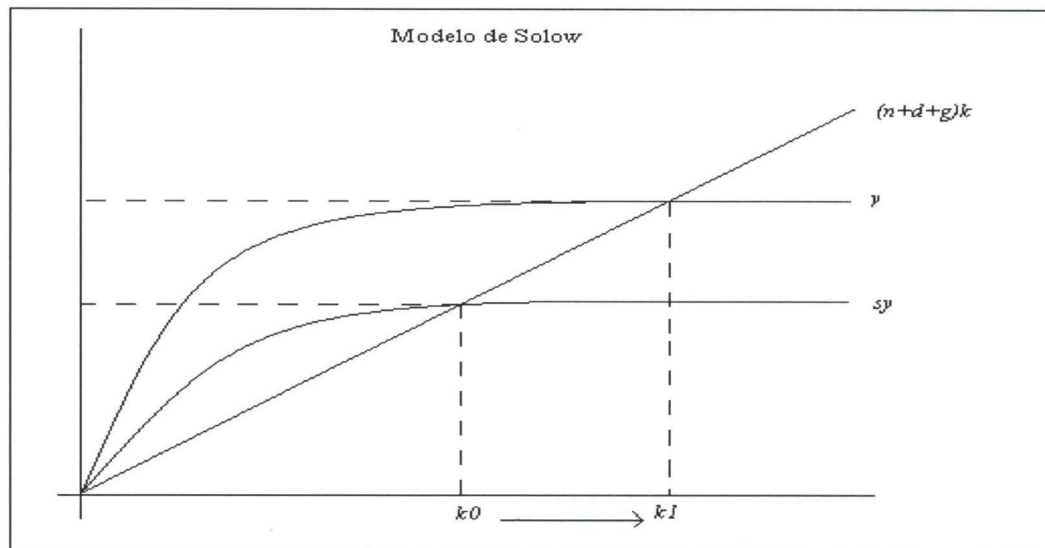
A equação I determina a produção dada certa proporção entre capital e trabalho. Descreve a produção em um dado país, considerando tecnologias fornecidas pelo sistema.

A equação II demonstra a acumulação de capital nesta economia. Ela é dada pela diferença entre a porcentagem poupada e a depreciação do capital. A taxa de aumento da população trabalhadora e os progressos técnicos minoram o efeito dessa depreciação.

A função de produção é do tipo Cobb-Douglas. Tem retornos constantes de escala e relaciona capital e trabalho numa proporção fixa. A função de produção é dada pela curva y . A função de acumulação de capital é descrita pela reta que parte do ponto de origem do plano cartesiano. A função de acumulação sintetiza como a quantidade de capital varia ao longo do tempo.

As equações acima podem ser descritas no gráfico à seguir:

GRÁFICO 1: O MODELO DE SOLOW

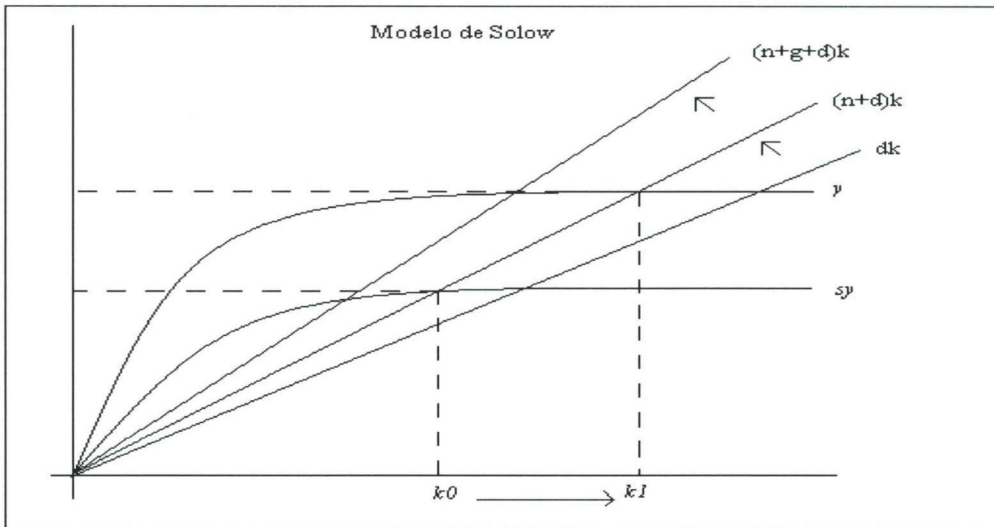


Fonte: JONES (2000)

Consideremos agora o progresso técnico no modelo de Solow. O progresso tecnológico atenua o efeito da depreciação pois aumenta a produtividade per capita do trabalho. Com a mesma quantia de capital, o trabalhador pode render mais. Da mesma forma, um aumento expressivo da mão-de-obra auxilia a aumentar a produção, mesmo que com taxas menores, visto que a proporção entre capital e trabalho na economia como um todo se modifica.

O modelo de Solow com progresso técnico pode ser demonstrado pelo gráfico à seguir:

GRÁFICO 2 – MODELO DE SOLOW COM PROGRESSO TÉCNICO

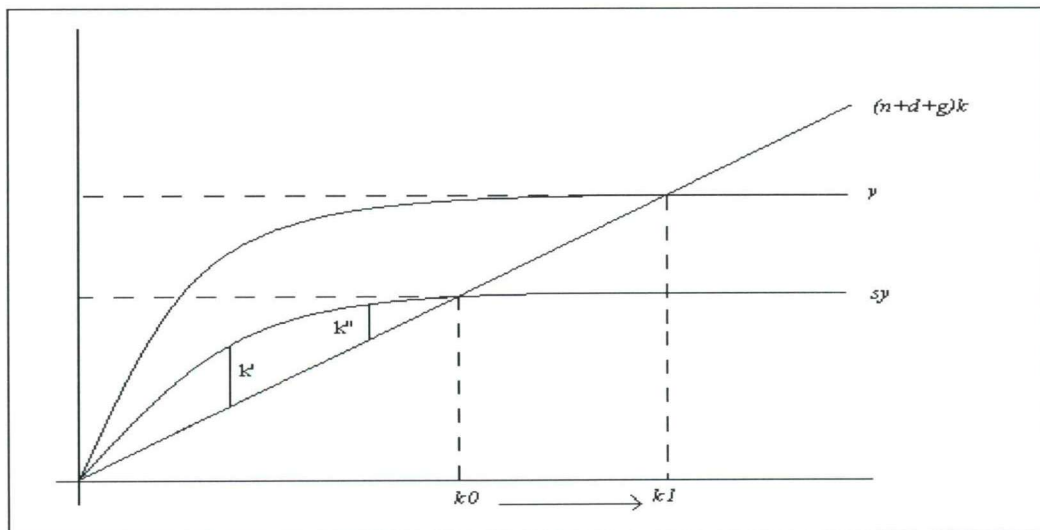


Fonte: elaborado pelo autor, de acordo com JONES (2000)

Percebe-se que o progresso tecnológico e o crescimento da população trabalhadora podem atenuar os efeitos da depreciação do capital. A adição destes fatores torna a curva mais inclinada, aumentando a taxa de acumulação.

Consideremos agora o gráfico abaixo:

GRÁFICO 3 – TAXAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NO MODELO DE SOLOW



Fonte: elaborado pelo autor, com base em JONES (2000)

Quando a curva y cruza a reta $(n+d+g)k$ obtém-se o ponto estacionário, onde a acumulação de capital corresponde a 0. A proximidade do ponto de convergência denota o estado de desenvolvimento. k' corresponde a um país em desenvolvimento. k'' corresponde a um país desenvolvido. O acúmulo de capital em k' é maior do que em k'' , como pode ser mensurado no gráfico. Deste modo, segundo o modelo de Solow, nos países subdesenvolvidos a velocidade da taxa de acumulação de capital é maior, e conseqüentemente, a taxa de crescimento é mais acelerada.

A aproximação das economias subdesenvolvidas em relação as economias desenvolvidas é dado o nome de convergência, sendo que o ponto de convergência é o estado estacionário. A convergência se dá pelo fato de haver maior possibilidade de lucro e de investimento nos países subdesenvolvidos que nos países desenvolvidos, onde a concorrência do capital é maior, tendendo a redução da taxa de lucro.

2.3.2 O modelo de Solow com capital humano

No modelo de Solow com capital humano, o produto é dado pela identidade abaixo:

$$Y = K^a A H^{(1-a)}$$

H corresponde ao trabalho qualificado e A uma tecnologia aumentadora de trabalho, ou seja, que aumenta a produtividade dos trabalhadores. Neste modelo, os indivíduos acumulam capital humano, adquirindo habilidade e destreza através dos exercícios e estudos.

O aumento da mão-de-obra qualificada é dada pela equação abaixo

$$H = e^{(\psi u)} L$$

$\psi > 0$ e constante

Ao longo do tempo, a população trabalhadora aumenta sua produtividade ao dedicar-se a obtenção de qualificações. O trabalhador busca aumentar suas qualificações face a concorrência enfrentada no mercado de trabalho, além de buscar melhores postos de trabalho e remuneração.

$AH^{(1-a)}$ corresponde ao L no modelo de Solow simples. Tendo em vista isso, é possível verificar que nesta forma de modelo não interessa somente a quantidade total de trabalho, mas também a quantidade de trabalho.

Embora o aumento da mão-de-obra seja fundamental para o aumento do produto, o fator que mais explica os avanços da produtividade é a acumulação de capital humano. Lembremos que no modelo de Solow a tecnologia é dada pelo sistema, o que faz com que melhorias no capital sejam quase aleatórias e atribuídos aos trabalhadores os saltos de produtividade.

2.3.3 O modelo de Romer

O modelo de Romer passa a considerar que as melhorias tecnológicas não são necessariamente dadas para uma economia; ou seja, que a economia pode contribuir para seu progresso tecnológico.

Neste modelo, cada país pode influir de modo significativo na produção de tecnologias, tendo assim uma postura mais ativa. Em outras palavras, o progresso tecnológico neste modelo é endógeno (JONES, 2000), não é algo externo e independente.

Romer insere no modelo a busca por novas idéias pelos pesquisadores, o que implica em inovação. Para um país atingir esse objetivo tem de desenvolver setores de pesquisa e desenvolvimento. As inovações podem gerar oportunidades de investimento ou mesmo aprimorar a estrutura já existente, gerando ganhos de produtividade.

As duas funções principais do modelo de Romer estão demonstradas abaixo:

$$(I) Y = K^a (AL_y)^{(1-a)}$$

$$(II) \dot{K} = s_K Y - Dk$$

$$0 < a < 1$$

A corresponde ao nível de tecnologia, o estoque de idéias mais especificamente. O acúmulo de idéias é dada pela equação abaixo:

$$\dot{A} = \bar{\delta} L_a$$

L_a corresponde a parcela da mão-de-obra destinada a efetuar pesquisas para gerar idéias, ou seja, os pesquisadores. $\bar{\delta}$ corresponde a taxa de geração de novas idéias.

A taxa de geração de novas idéias pode ser expressas pela seguinte fórmula:

$$\bar{\delta} = \delta A^\Phi$$

$\bar{\delta}$ e Φ são constantes. Se $\Phi > 0$, a produtividade da geração de idéias aumenta no decorrer do tempo. Se $\Phi < 0$, a produtividade da geração de idéias diminui no decorrer do tempo. Quando Φ é positivo, isso implica que nesta economia o aprendizado constante gera aumento contínuo da taxa de geração de idéias. Quando Φ é negativo, significa que o modo como está estruturado o modelo de pesquisa de um país esgota seu potencial ao longo do tempo.

A produtividade média da pesquisa também pode estar correlacionada ao número de pesquisadores envolvidos. Isso pode ser expresso pela fórmula abaixo:

$$\dot{A} = \bar{\delta} [(L_a)^\lambda] [A^\Phi]$$

λ é um valor entre 0 e 1. A expressão $[(L_a)^\lambda]$ representa um crescimento da produtividade da pesquisa quando há um aumento de número de pessoas pesquisando. Intuitivamente, quando um maior número de pessoas qualificadas dedicam-se a questão de estudar inovações ou resolver problemas, maior é a chance de obterem êxito e maior o número de alternativas e/ou hipóteses a serem oferecidas.

A taxa de crescimento ao longo do tempo está relacionada à taxa de acumulação de conhecimento e progresso tecnológico. No modelo de Romer, a taxa de crescimento está relacionada a função de produção, produção de idéias e taxas de crescimento do número de pesquisadores.

Romer identifica um trade-off entre pesquisar e produzir, sendo que a capacidade de produzir está relacionada a capacidade de produzir idéias e pesquisas.

Outro fator muito importante que não pode ser negligenciado é a relação histórica dos EUA e Irlanda. Embora a decisão de investir na Irlanda tenha sido preponderantemente baseada em custos, há fatores não-econômicos fundamentais nessa escolha.

2.4 FATOR CULTURAL: LAÇOS HISTÓRICOS ENTRE EUA E IRLANDA

Grande parte dos investimentos externos diretos na Irlanda nas últimas décadas foram feitos pelos EUA. O'CONNOR aponta a similaridade cultural com os EUA como fator importante para tornar a Irlanda um destino preferencial do capital norte-americano. A similaridade cultural é um fator a ser considerado, visto que os empresários encorajam-se a investir num lugar onde conhecem bem as leis, os costumes e as peculiaridades locais.

A similaridade cultural deve-se a enorme quantidade de irlandeses nos EUA. Conforme dados do US Bureau, cerca de 12% da população americana é descendente de irlandeses. Essa considerável percentagem de irlandeses pode ser atribuída à grandes migrações do passado. Uma grande prova da importância irlandesa nos EUA é que dezesseis presidentes americanos eram descendentes de irlandeses¹².

Os irlandeses iniciaram migrações para os EUA no século XVII, ainda na época colonial americana. Além de prisioneiros, iam para os Estados Unidos parte da população pobre em busca de oportunidades de trabalho. Estes

¹² <http://homepage.eircom.net/%257Eseanjmurphy/dir/pres.htm>. Acesso em 20/04/2008.

primeiros migrantes trabalhavam em pequenas propriedades, contribuindo para a ocupação da parte norte dos Estados Unidos.

O século XIX foi o período em que houve a maior migração de irlandeses para os EUA. Na década de 1820, os irlandeses migravam em massa para trabalharem como operários na construção de estradas, ferrovias e obras de grande porte. Na década de 1840, a grande fome da Irlanda intensificou ainda mais esse processo. As migrações de 1820 eram motivadas pela busca de oportunidades; as de 1840, eram motivadas pela necessidade.

Na migração da década de 1820, a ocupação concentrara-se nas regiões de Boston e Nova York, local das primeiras comunidades irlandesas nos EUA. A migração de 1840 foi marcada por grande remessa de irlandeses para a Filadélfia, Pittsburgh, Detroit, Chicago, Saint Louis, Missouri e São Francisco. No século XIX não houve somente crescimento da quantidade de migrantes, mas também do número de cidades onde se estabeleceram.

A Grande Fome da Irlanda (1845-1849) determinou a preferência pelos Estados Unidos no século XIX. A fome generalizada na Irlanda foi causada pela insuficiência no abastecimento local de alimentos. Essa insuficiência tem duas raízes¹³: o cercamento dos campos irlandeses e o declínio da produção de batatas.

O cercamento dos campos irlandeses foi fruto da orientação das terras para as pastagens de ovelhas e bois e para a produção de alimentos da Inglaterra. Com isso restava aos irlandeses uma porção menor de terras, da qual extraíam a subsistência através do cultivo de batatas.

Os preços dos alimentos aumentaram na Irlanda devido a exportação para a Inglaterra. Os irlandeses, empobrecidos, tinham de consumir as batatas que produziam.

A queda na produção de batatas, causada por uma infestação de fungos¹⁴, aliado ao expressivo crescimento da população da Irlanda, causaram a escassez das batatas. A população irlandesa quase quadruplicou entre 1780 e 1840. Em 1845, a população era de 6.259.000 habitantes, superior a população atual da Irlanda no final do século (pouco mais de 4 milhões de

¹³ MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro, 2003. Livro 1, vol 2, pág. 806-823.

¹⁴ GALBRAITH, J.K. *A era da incerteza*. São Paulo: Pioneira/UNB, 1979. Pág. 30-32.

habitantes em 2006¹⁵). Um milhão de pessoas morreram na Irlanda na época da Grande Fome. Mais de um milhão de pessoas emigraram para os Estados Unidos, Inglaterra e outros países neste período¹⁶.

Os migrantes da Grande Fome tinham os Estados Unidos como destino preferido. Um dos motivos era o fato de haver muitos irlandeses nos EUA. Estes migrantes antigos, além de auxiliarem a acostumar-se e adequarem-se aos EUA, financiaram a viagem de parentes¹⁷. Outro motivo seria a possibilidade de adquirir pequenas propriedades rurais e auxiliar a ocupação dos EUA.

De qualquer forma, os irlandeses evitariam ir para a Inglaterra naquele período, pois este país contribuíra decisivamente para a penúria da Irlanda. Além disso, muito destes migrantes eram fenianos¹⁸, preconizavam separar a Irlanda da Inglaterra.

A consolidação da Igreja Católica dos Estados Unidos é fruto da migração irlandesa. Os irlandeses católicos e a Igreja construíram muitas escolas e hospitais, além de constituírem muitos sindicatos e diretórios do Partido Democrata.

As migrações irlandesas para os Estados Unidos diminuíram a partir da Grande Depressão americana, nos anos 30. O desemprego crônico fez com que o governo americano dificultasse o acesso de estrangeiros. Desde então, os irlandeses tem escolhido preferencialmente a Inglaterra¹⁹.

Por compartilharem a característica comum de terem sido colônias da Inglaterra no passado, Estados Unidos e Irlanda acabaram por herdar algumas características da antiga metrópole. Fora o idioma, cabe destacar o fato de utilizarem o direito inglês²⁰, baseado na jurisprudência e na Carta Magna.

As semelhanças entre Irlanda e EUA forma construídas ao longo dos séculos, e muito deve ser atribuído ao passado comum como colônias inglesas.

¹⁵ www.cso.ie

¹⁶ <http://memory.loc.gov/learn/features/immig/irish2.html>. Acesso em 17/06/2008.

¹⁷ MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro, 2003. Livro 1, vol 2, pág. 806-823.

¹⁸ Segundo o dicionário Aurélio, os fenianos eram irlandeses ou descendentes de irlandeses que lutavam pela independência da Irlanda.

¹⁹ BARRET, A. **Irish migration: characteristics, causes and consequences**. Discussion paper nº 97. Bonn: IZA, 1999.

²⁰ <http://www.irishlaw.org/>. Acesso em 17/06/2008.

Entretanto o intenso contato entre estes dois países, geradas por migrações passadas fizeram os Estados Unidos compreenderem, conhecerem e confiarem na Irlanda. A familiaridade com a Irlanda, possivelmente, pode ter influenciado nas relações econômicas entre estes países no século XX.

3. A RECESSÃO IRLANDESA NA DÉCADA DE 1980

O período entre 1980 e 1987 pode ser caracterizado como um período de profunda recessão e instabilidade econômica na Irlanda. Altas taxas de desemprego, crescimento moderado e dívida pública elevada marcaram esse período.

A princípio, a Irlanda conseguiu superar a redução do comércio mundial provocada pelos dois choques do petróleo (1973 e 1978), aumentando públicos. A perda de receitas gerada pela redução das exportações fora temporariamente compensada pelo aumento dos gastos públicos.

Em longo prazo, essa política de gastos públicos não poderia ser mantida na Irlanda. O déficit fiscal na Irlanda crescera consideravelmente neste período²¹. O déficit fiscal na Irlanda no início da década de 80 era de 13,7% do PIB. A dívida pública crescera consideravelmente neste período – de 78% do PIB em 1981 passara a 116,8% em 1987. A ingente dívida pública irlandesa gradualmente restringira a capacidade de investimento do estado. A política de gastos públicos tornara-se inviável em decorrência da grave situação fiscal.

O crescimento econômico neste período foi moderado em grande parte do período entre 1980 e 1987, sendo que a média do período foi de 2,43%. Nos anos de 1983 e 1986²², o crescimento foi negativo.

O baixo crescimento econômico provou forte desemprego na Irlanda. Entre 1980 e 1987, a taxa mínima de desemprego foi de 9,9% (em 1981). EM 1985 e 1986, a taxa de desemprego foi de 17,4%. O desemprego neste período só não foi maior em virtude das constantes emigrações.

A abertura da economia irlandesa gerou grande instabilidade nas indústrias locais da Irlanda. O alto protecionismo na década de 60 fez com que muitas empresas da Irlanda tornarem-se relativamente ineficientes e pouco competitivas. A abertura proporcionou redução nas tarifas de comércio e teve como principal resultado a especialização inter-indústria. Empresas que produziam produtos acabados ou produziam uma ampla variedade de produtos

²¹ McCARTHY, F.D. *Social policy and macroeconomics – the irish experience*. Policy Research Working Paper 2736. The World Bank, 2001.

²² Idem 21

tiveram que focar em certos componentes ou reduzir a variedade, A indústria irlandesa teve de se especializar para sobreviver a concorrência internacional.

O'DONELL (1998,) classificou a indústria da Irlanda em três grupos:

1. empresas de capital estrangeiro orientadas para exportação;
2. indústrias com o mercado doméstico espontaneamente protegidos;
3. indústrias de grande escala de capital nacional.

No primeiro grupo, O'DONELL compreende as indústrias químicas, farmacêuticas e de maquinários eletrônicos. No segundo grupo estão inclusos as indústrias gráficas, de bebidas e tabaco, algumas indústrias alimentícias e pequenas empresas manufatureiras relacionadas a metal e madeira. O terceiro grupo abarca as indústrias têxteis, de vestuário, de calçados, de ouro, alguns ramos da indústria química, automobilística, elétrica, panificação e outras indústrias alimentícias. Durante a década de 80, apenas o primeiro grupo continuou a manter bons índices de crescimento, grande parte devido à sua condição de membro da União Européia.

A abertura de mercado foi responsável pelo declínio das atividades do terceiro grupo. Uma vez que a abertura promoveu maciça importação de bens, o pequeno mercado interno da Irlanda não foi suficiente para sustentar suas empresas face aos competidores estrangeiros.

O declínio das empresas locais culminou na reestruturação das indústrias da Irlanda – além de tornarem-se menores, ocorreu a especialização intra-indústria. Muitas dessas empresas foram substituídas por empresas de capital estrangeiro e parte do que era produzido na Irlanda passou a ser importado. O fechamento e a redução de várias empresas aumentaram significativamente o contingente de desempregados.

As indústrias do segundo grupo sofreram com a queda de renda da população irlandesa. A queda dos rendimentos enfraqueceu a demanda interna, prejudicando indústrias e agricultura voltada para produção interna.

A abertura econômica promoveu a reconfiguração das indústrias da Irlanda. Essa reconfiguração provocara a instabilidade e desemprego no período. Entretanto, as mudanças geradas na indústria da Irlanda foram muito positivas, visto que estimularam a especialização, aumentando a eficiência da

estrutura produtiva como um todo. A entrada de produtos estrangeiros estimula a indústria interna ao acirrar a concorrência, além de ajudar o controle de inflação.

O enfraquecimento temporário da indústria local e a redução das exportações eram contrabalanceados por gastos públicos. O governo, através de gastos com obras públicas e programas de bem-estar social, tentava manter a demanda interna de modo a minorar as perdas decorrentes do período.

Mas, enquanto utilizava a medida paliativa de gastos públicos, o governo irlandês já atentava para a dívida pública. Em 1982, a Irlanda iniciou um programa de redução de déficit e da dívida pública. Essa tentativa de reduzir a dívida interna calcava-se no aumento de impostos. A intenção era reduzir o déficit para 5% do PIB.

O baixo crescimento do período culminou em arrecadação menor do que o previsto (BLANCHARD, 2000). O plano fracassou de modo que a dívida pública aumentou em proporção ao PIB – em 1981, a dívida pública correspondia a 78% do PIB. Em 1986, a dívida correspondia à 114,5% do PIB. O aumento de impostos em 1982 contribuiu para o crescimento negativo da economia irlandesa em 1983.

Em 1987, a Irlanda iniciou um novo pacote de medidas conhecido como Programa de Recuperação Nacional. Esse programa foi fundamental para iniciar o ciclo de crescimento irlandês na década de 90 e para diminuir sensivelmente a dívida pública deste país.

3.1 O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO NACIONAL

A crítica situação da economia irlandesa induziu a sociedade irlandesa a efetuar medidas para corrigir os grandes problemas econômicos. Em fevereiro de 1987, a Irlanda lançou o Programa de Recuperação Nacional (Program for National Recovery – PNR). PNR foi concebido como um pacto social envolvendo sindicatos, indústrias e governo. Era um acordo suprapartidário,

que buscava reduzir as taxas, manter salários baixos, inflação controlada, combater a estagnação e reduzir o déficit público²³.

O grande mérito do PNR para a recuperação e desenvolvimento da Irlanda foi o de coordenar os principais agentes do cenário econômico irlandês, visando minimizar possíveis efeitos nocivos. A interdependência das partes foi concretizada através de constantes negociações.

As decisões e medidas do PNR tinham o suporte técnico do Conselho Nacional Econômico e Social (National Economic and Social Council – NESCC). O NESCC é um corpo burocrático que analisa as possíveis políticas a serem implementadas, buscando um consenso²⁴. As decisões que nortearam o PNR não era mero jogo de interesses entre partes – havia um sólido aparato que norteava as decisões em prol do crescimento e desenvolvimento, com base na realidade da Irlanda no período.

O PNR conseguiu manter os salários baixos, com pleno acordo dos sindicatos. Em contrapartida, o governo teve de modificar a tributação em favor dos trabalhadores e reduzir a tributação. Para compensar a redução na arrecadação, o governo reduziu gastos com bem-estar social. Os acordos efetuados no PNR permitiram a implementação de políticas impopulares, mas necessárias.

A política fiscal iniciada no PNR foi marcadamente contracionista. Cortes no funcionalismo públicos, congelamento de contratação e no recrutamento de funcionários públicos, programas de demissão voluntária e adiamento de obras foram alguns dos principais acordos. Os resultados da PNR foram positivos. A dívida acumulada em 1987 era de 116,8% do PIB e o déficit fiscal igual a 10,3%. Com o PNR, a dívida acumulada passou a 96% do PIB, e o déficit fiscal foi de 2,2%. O PNR foi o primeiro de muitos pactos sociais, ou melhor, o primeiro de muitos programas nacionais. A importância do PNR é que foi um modelo de interação com a sociedade que passou a ser adotado em definitivo.

²³ O'DONELL, R. *Ireland's economic transformation: industrial policy, european integration and social partnership*. Working Paper N° 2 – Center for West European Studies- University of Pittsburgh, 1998. p. 11

²⁴ McCARTHY, F.D. *Social policy and macroeconomics – the irish experience*. Policy Research Working Paper 2736. The World Bank, 2001.

Embora tenha ocorrido adiamento de algumas obras públicas em virtude do PNR, a infra-estrutura da Irlanda não chegou a ser um entrave para o crescimento. Muitas obras foram viabilizadas pelos Fundos Estruturais da União Européia. As regiões da Irlanda cujas rendas per capita eram menores que 75% da renda média da União Européia receberam estes fundos. Estes fundos permitiram a manutenção, expansão e modernização de infra-estrutura, num período em que o corte de gastos públicos eram a prioridade.

A PNR era também uma forma da Irlanda qualificar-se para ter acesso aos Fundos Estruturais da União Européia. Para conferir transparência e seletividade ao processo de concessão destes recursos, a União Européia determina que seja explicitado de que forma os recursos serão utilizados e à quem cabe, dentro do país, a tarefa de determinar como os recursos dos fundos estruturais serão utilizados. Desta forma, os fundos estruturais ajudariam a diminuir as diferenças em termos de infra-estrutura entre os países membros.

A reordenação das finanças públicas permitiu a Irlanda desvalorizar a libra irlandesa, tornando as indústrias irlandesas mais competitivas, já que assim os produtos irlandeses ficariam relativamente mais baratos. A reestruturação permitiu ao estado irlandês simplificar sua capacidade de investimento, criar condições favoráveis ao investimento privado e consolidar o poder de atrair o capital estrangeiro.

4. A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA IRLANDA

Segue abaixo uma tabela comparando o crescimento econômico da Irlanda com a média dos países da OCDE e alguns países tidos como referências de crescimento:

TABELA 2 – CRESCIMENTO ECONÔMICO DA IRLANDA NA DÉCADA DE 90

Comparação do cresc. econômico da Irlanda, OECD e outros países – década de 90 (em %)											
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Irlanda	8,47	1,93	3,34	2,69	5,76	9,74	7,69	10,74	8,56	9,82	11,00
OECD	-	-	2,13	1,2	3,02	2,49	2,84	3,46	2,52	3,18	4,0
China	3,80	9,20	14,20	14,00	13,10	10,90	10,00	9,30	7,80	7,60	8,40
Chile	3,70	9,70	12,28	6,99	5,71	10,63	7,41	6,61	3,23	-0,76	4,49
Coréia do Sul	9,16	9,39	5,88	6,13	8,54	9,17	7,00	4,65	-6,85	9,49	8,49

Fonte: OCDE - <http://stats.oecd.org/WBOS/Index.aspx?DatasetCode=CSP2008> – Country statistical profiles

O crescimento econômico da Irlanda na década de 1990 sempre foi superior ao da média dos países da OCDE. O crescimento irlandês é comparável ao da China e superior ao da Coréia do Sul e do Chile. A simples comparação denota a expressividade do crescimento da Irlanda neste período.

AHEARNE ET ALII (2005) menospreza o processo de crescimento econômico da Irlanda, considerando que as taxas decrescimento da Irlanda correspondem apenas a recuperação da recessão irlandesa na década de 1980. Esta explicação é plausível na medida em que a crise tenha sido combatida com políticas de promoção de emprego e desenvolvimento. A mera correlação entre a severidade de uma crise e o ciclo de crescimento após o período não é válida, sendo sensata na medida em que considera que após a crise a economia consegue produzir aquilo tudo que estava potencialmente contido.

HONOHAN e WALSH (2002) preconizam que o desempenho econômico da Irlanda é a convergência em relação à União Européia. Essa interpretação,

assim como a de AHEARNE ET ALII (2005), considera que fatores externos à Irlanda como os principais motores de seu crescimento.

Interpretando o crescimento da Irlanda à luz do modelo neoclássico de crescimento de Solow, a hipótese de HONOHAN e WALSH pode ser confirmada devido a influência do acúmulo de capital no crescimento. Considerando a taxa de acumulação de capital proporcional aos investimentos externos diretos, e que a Irlanda tenha recebido um aporte maior de capital no período, o crescimento da Irlanda, à uma dada tecnologia, tende a ser mais rápido que o da União Européia, por estar relativamente mais distante do estado estacionário.

Analisando à luz do modelo de Romer, a convergência é algo possível de ser constatado, uma vez que a Irlanda investiu muito na formação de mão-de-obra qualificada e de pesquisadores. O incremento no investimento em educação fomentou o crescimento da produtividade, fazendo-a ficar mais próxima da taxa de crescimento dos principais países.

É necessário convir que, se o capital estrangeiro afluiu abundantemente para a Irlanda, foi devido a ação ativa deste país. Seria ingenuidade acreditar que, por exemplo, os norte-americanos investiram neste país por bonomia ou aleatoriamente. A PNR demonstrou maturidade política e segurança institucional para atrair investidores. As obras com verbas dos fundos estruturais contribuíram para formar mão-de-obra de qualidade, além de formarem uma infra-estrutura propícia para produzir e distribuir a produção.

O pronunciado crescimento na década de 1990 constata o êxito da PNR. Entretanto o crescimento e a recuperação econômica não teriam se sustentado apenas nas medidas, mas também numa política de atração de investimentos estrangeiros diretos. A PNR foi importante, pois permitiu que os resultados do aperfeiçoamento do sistema educacional da Irlanda e as políticas industriais finalmente pudessem redundar em crescimento.

A recuperação econômica da Irlanda não pode ser traduzida apenas em crescimento. ouve também a modernização e diversificação de sua economia.

Vejamos a tabela à seguir:

TABELA 3: ALOCAÇÃO SETORIAL DE EMPRESAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO

	1973	1987	2000
Alimentos, Bebidas e Tabaco	24%	18%	11%
Têxteis, Vestuários e Calçados	19%	14%	3%
Indústria Química (exc. Farmacêutica)	6%	7%	5%
Indústria farmacêutica	2%	6%	11%
Maquinaria e equipamento	4%	6%	5%
Equipamentos de escritório e processamento de dados	1%	7%	19%
Indústria elétrica e componentes eletrônicos	4%	10%	14%
Instrumentos médicos e ópticos	4%	8%	11%
Equipamentos para transporte	11%	7%	7%
Outros ²⁵	24%	17%	12%

Entre 1973 e 2000, houve claro aumento de participação das indústrias de processamento de dados e componentes eletrônicos. Isso implica em demanda por mão-de-obra mais qualificada. Outros setores tecnologicamente mais sofisticados, tais como indústria química e farmacêutica tiveram aumento da participação.

²⁵ Madeira, polpa, papel e impressão, borracha e plásticos, materiais não-metálicos, pré-fabricados de metal, refino de combustíveis e outras manufaturas

Indústrias ligadas à agricultura tiveram percentual reduzido. As indústrias de alimentos, bebidas e tabaco tiveram redução da participação de empresas de capital estrangeiro. Isso pode indicar o fortalecimento da indústria local nesse setor ou mesmo o menor crescimento desse setor em relação aos outros setores. Visto que a população não crescerá muito e a concorrência de produtos estrangeiros, a segunda hipótese é mais factível.

Essa transição pode ser explicada pela eliminação de empresas ineficientes através da abertura de mercado. Com a adesão da Irlanda à União Européia, em 1973, houve diversificação da indústria e aumento da participação estrangeira na economia. O aumento da participação estrangeira na economia ocorreu preponderantemente nos setores mais intensivos em capital.

As melhorias no ensino e no treinamento dos trabalhadores possibilitaram a instalação de indústrias mais sofisticadas, voltadas para exportação.

4.1 O SISTEMA EDUCACIONAL DA IRLANDA

O sistema educacional da Irlanda é um dos fatores que influenciaram a atração de investimentos externos diretos, na medida em que produz, com quantidade e qualidade demandadas pelo mercado, mão-de-obra qualificada e treinada. BARRY (2007) constata o grau de instrução da mão-de-obra irlandesa ao comparar a percentagem da população entre 25 e 34 anos que tem ensino superior. A Irlanda possui porcentagem maior que os países da Europa e Estados Unidos, com quase 50% da população. A porcentagem da Irlanda é pouco superior à do Japão (45%) e a da Coreia do Sul (40%).

É bem verdade que a percentagem em si não demonstra a capacidade. De nada adiantaria grande contingente de estudantes cursando numa rede de ensino de baixa qualidade. Entretanto a percentagem demonstra a democratização do acesso, que é algo que demonstra o comprometimento com a criação de mão-de-obra qualificada. A educação da Irlanda é considerada de

alto nível, pois forma muitos pesquisadores, e por adequar-se as necessidades de mão-de-obra²⁶.

O alto nível de educação da Irlanda deve-se a uma série de reformas no sistema educacional, iniciados em 1967. Este ano é considerado chave para a educação da Irlanda visto que é neste período em que o segundo grau (equivalente ao ensino médio brasileiro) torna-se gratuito, universalizando o acesso ao ensino. O governo irlandês facilita a locomoção para os estabelecimentos de ensino, medida fundamental para conter a evasão escolar.

Na década de 1970, visando fortalecer seu processo de industrialização, a Irlanda implanta vários colégios técnicos regionais (RTC), com base no modelo do Reino Unido. De cunho mais prático, esse currículo poderia equivaler ao segundo grau e possuía uma duração menor do que uma graduação.

A disseminação destes colégios técnicos regionais orientou a concentração de vagas dos cursos de graduação da Irlanda em engenharia civil, ciências aplicadas, design e negócios (economia e administração). Os fundos estruturais da União Européia possibilitaram a expansão deste sistema, sendo a Autoridade de Treinamento Industrial²⁷ o órgão responsável pela organização destes recursos para a educação.

Em 1981, a Irlanda passa a ter uma maior proporção de estudantes em cursos superiores de curta duração denominados *sub-degrees*, o equivalente aos cursos tecnológicos. A grande quantidade de estudantes frequentando estes cursos, em detrimento de cursos de graduação, denota uma certa urgência e uma visão pragmática do ensino, ao privilegiar um ensino mais técnico e direto. O governo irlandês passa a conferir maior autoridade às universidades irlandesas para controlar e gerar mudanças tecnológicas, com a criação de Institutos Nacionais de Educação Superior (NIHE), que em 1990 passaram a ser universidades.

É possível verificar que o modelo da educação da Irlanda não visava apenas a criação maciça de vagas, mas sim possuía foco na inovação. A ação

²⁶ BARRY, F.; *Third-level education, foreign direct investment and economic boom in Ireland*. Int. J. Technology Management, vol. 38, nº 3, 2007.

²⁷ Idem 26

da Autoridade de Treinamento Industrial direcionava as áreas a serem expandidas e/ou aprimoradas.

A comunicação entre o sistema de ensino e as indústrias facilitava a complementaridade das duas partes. É importante frisar que desde 1978 as universidades passaram a acumular a função de verificar habilidades escassas na população e buscar meio de fomentar a capacitação das pessoas nestas áreas, através do Comitê Consultivo de Potencial Humano (Manpower Consulting Comitee – MCC). Atuando junto com a Agência de Desenvolvimento Industrial da Irlanda (Industrial Development Agency – IDA), ela busca lacunas no mercado e orienta os investimentos em educação nas áreas carentes. BARRY (2007) afirma que a ação conjunta destas agências estatais detectou a ampla falta de graduados em engenheiros da computação na década de 1980. Agindo conforme o constatado, a IDA orientou a criação de vagas nos cursos superiores ofertados pelas universidades, de modo que o número de engenheiros graduados aumentou em 40% e o número de cientistas de computação cerca de dez vezes mais. Mais do que simples aumento de verbas para a educação, a Irlanda buscou potencializar os recursos para a educação, tentando conciliares as necessidades do mercado às predisposições individuais.

A interação entre universidade e as necessidades da sociedade e do mercado torna a mão-de-obra irlandesa apta para produzir com crescente produtividade e gerar inovações. A política industrial está plenamente conciliada à ação do sistema educacional.

A ação da IDA foi fundamental não só para estabelecer quais caminhos a serem seguidos pelo sistema educacional irlandês. A IDA, além de atuante no PNR e na utilização dos fundos estruturais, contribui para formar mercado para essa mão-de-obra altamente qualificada.

4.2 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA IRLANDA (IDA)

A Agência de Desenvolvimento Industrial da Irlanda (IDA)²⁸ foi criada em 1949 visando estimular e desenvolver indústrias voltadas para exportação (BARRY, 2002). A IDA não só estuda as possibilidades e potencialidades da Irlanda – prospecta investidores ao redor do mundo.

A IDA possui funcionários altamente qualificados. BARRY (2002, p. 20), afirma que a política de recrutamento e seleção de funcionários contribuíram para formar esse quadro. A IDA exige experiência na indústria e em comércio internacional, além de interesse em trabalhar no interior.

A estratégia da IDA apóia-se nos escritórios ao redor do mundo e nas suas relações como os investidores já presentes na Irlanda. Os primeiros escritórios da IDA fora da Irlanda foram abertos nos anos 60, em Londres, Paris, Colônia, Nova York, São Francisco e Chicago. Em 2008, a IDA possui 13 escritórios no exterior: 5 nos EUA, 4 na Ásia, 3 na Europa e 1 na Oceania. Os escritórios buscam nestas regiões empresas de cunho exportador, vinculado a indústrias-chave. As indústrias-chave são escolhidas de acordo com o potencial de crescimento. Na década de 1980, as indústrias-chave na Irlanda eram as de eletrônica e a de softwares.

Além dos 13 escritórios no exterior, a IDA possui 10 escritórios regionais por toda a Irlanda. Os escritórios regionais visam dar suporte as empresas prospectadas pela IDA, avaliando o potencial de cada região e direcionando as empresas para a área mais adequada.

Segundo o site da IDA, mais de 1000 empresas trouxeram filiais para a Irlanda através da atividade destes escritórios. Além de tentar convencer a empresa a constituir uma filial na Irlanda, a IDA visa também buscar a melhor localização, considerando as estruturas de cada região.

A IDA participa também das decisões também das decisões referentes à utilização das verbas dos fundos estruturais, além de influir no desenvolvimento do sistema educacional da Irlanda e orientação da criação de vagas em cursos técnicos e superiores.

Em 1994, a IDA foi reformulada, concentrando ainda mais na estratégia de orientação de investimentos estrangeiros direto. Com isso foi criada a

²⁸ As informações à respeito da IDA foram obtidas no site oficial deste órgão, <http://www.idaireland.com/home/index.aspx?id=3>

Forfás, a agência de desenvolvimento das empresas locais. A partir de 1998, a Enterprise Ireland foi criada como agência para promoção de desenvolvimento.

A função da IDA, basicamente, é de propagar nos países onde possui o escritório, as qualidades da Irlanda e as vantagens de investir na economia irlandesa, mais especificamente através da instalação de filiais.

É importante frisar que, embora tenha quase sessenta anos de existência, foi somente nos últimos 30 anos que conseguiu atrair grandes quantidades de empresas. Se antes já possuía a capacidade de orientar os investidores, foi somente no final da década de 70 é que pode demonstrar que a infra-estrutura da Irlanda era suficientemente boa.

O final da década de 70 apresentava os primeiros resultados da reforma na educação, além das alterações promovidas pela inclusão na União Européia, tais como a abertura da economia e uso dos fundos estruturais.

A seguir, será analisado a respeito dos fundos estruturais, que permitiram o fortalecimento da infra-estrutura, além de possibilitar a execução da PNR com menor pressão popular, visto que possibilitou a execução de obras e programas de aprimoramento, apesar da contenção de gastos do governo irlandês.

4.3 FUNDOS ESTRUTURAIS DA UNIÃO EUROPÉIA

Os fundos estruturais da União Européia foram cruciais para garantir o crescimento e desenvolvimento da Irlanda. Segundo ÖZENEN (2006, p.5) os fundos estruturais visam atenuar as disparidades entre os países membros da União Européia.

Os Fundos Sociais da Europa (European Social Fund- ESF) e os Fundos do Conselho Europeu de Agricultura (European Agricultural Guidance and Gurantee – EAGGF) foram criados em 1958. Em 1975, foi criado o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (ERDF – European Development Fund). Por fim, na década de 90, foram criados mais dois fundos estruturais – em 1992 foi criado o fundo de coesão (visando dar suporte a projetos na área

ambiental e de transportes) e o Fundo para Financiamento da Pesca (Financial Instrument For Fishing Guidance – FIFG).

Para uma região ser elegível para o recebimento dos fundos estruturais, é necessário que a renda per capita da mesma seja menor que 75% da média da União Européia. O principal objetivo é prover as regiões mais pobres com a infra-estrutura básica e fornecer investimentos que estimulem novas atividades econômicas na região. Cinco regiões da Irlanda receberam estas verbas: a região costeira, central, oeste, sudoeste e leste.

Os fundos de coesão surgiram, para auxiliar a união econômica e monetária dentro da União Européia. Irlanda, Grécia, Portugal e Espanha receberam auxílio destes fundos. A condição necessária para receber os fundos de coesão é que o país tenha um PNB per capita menor do que 90% da média da UE em 1992. Os fundos de coesão foram utilizados na Irlanda para projetos de infra-estrutura como rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, abastecimento de água e tratamento de esgoto.

Em 1988, a Irlanda submeteu o Plano de Desenvolvimento Nacional (National Development Plan – NDP) ao Conselho da União Européia. Os programas de investimento foram divididos em dois grupos:

- região costeira, central e oeste;
- região sudeste e leste.

Os programas nacionais inter-regionais foram divididos em três grupos:

- setor produtivo;
- desenvolvimento de recursos humanos e emprego;
- infra-estrutura socioeconômica.

Mais recentemente foi criado um fundo para viabilizar o processo de paz com a Irlanda do Norte e desenvolver as fronteiras do condado de Donegal, Monaghan, Coven, Louth, Sligo e Letrim.

A responsabilidade de implementação do plano ficou a cargo do departamento de finanças. Entretanto o departamento de finanças delega

processos de decisão de investimentos à outros departamentos e agências estatais (destaca-se nesse caso a IDA).

Para executar os fundos estruturais foram criados quatro programas operacionais:

- programa operacional regional;
- programa operacional para infra-estrutura sócio-econômica;
- programa operacional para desenvolvimento de recursos humanos e emprego;
- programa operacional para o setor produtivo.

O programa operacional regional envolveu a construção de estradas locais, projetos de irrigação, tratamento de esgoto, renovação urbana, infra-estrutura de telecomunicação, desenvolvimento do turismo local, micro-empresas, desenvolvimento de tanques de aquicultura e portos para pesca e construção e ampliação de estruturas para assistência infantil.

O programa operacional de infra-estrutura socioeconômica envolveu o projeto de estradas nacionais, desenvolvimento do transporte público, projetos de conservação de água e energia e pesquisas de energias alternativas e renováveis.

O programa operacional de recursos humanos e emprego tinha como foco o combate a evasão escolar, o estímulo a educação superior, treinamento de mão-de-obra e promoção da igualdade de oportunidades.

Por fim, o programa operacional do setor produtivo visava à promoção a promoção de desenvolvimento da infra-estrutura para a pesquisa e tecnologia em instituições de nível superior e empresas manufatureiras exportadoras na Irlanda, além do desenvolvimento da indústria pesqueira.

A alocação de fundos estruturais pode ser dividida em dois principais períodos na década – 1989 até 1993 e de 1994 até 1999.

Durante o primeiro período, os dois principais objetivos eram promover o crescimento econômico na Irlanda e contribuir para o processo de convergência com a União Européia.

No período entre 1994-1999, o foco dos fundos estruturais eram buscar o melhor desempenho da economia à longo prazo, além de reintegrar pessoas que estão muito tempo desempregadas.

Na tabela abaixo é possível comparara a alocação de fundos estruturais nos dois períodos:

TABELA 4 – ALOCAÇÃO DE FUNDOS ESTRUTURAIS NA IRLANDA

	Alocação de Fundos Estruturais 89-93 (%)	Alocação de Fundos Estruturais 94-99 (%)
Infra-estrutura física	29	19,8
Recursos humanos	30,3	30,8
Produção/Investimento		
Indústria e serviços	22,9	26,4
Agricultura,Pesca,Silvicultura	17,7	18,2

Fonte: Barry et al. 1997 apud ÖZENEN(2006)

É verificável que no primeiro período o foco era o investimento em infra-estrutura e recursos humanos, o que orna com o objetivo do período de promover grande crescimento. Há a manutenção dos recursos para o setor primário, setor em que a Irlanda se destaca há muito tempo como exportador.

Entretanto, no segundo período, há uma redução drástica na infra-estrutura e um aumento sensível no incentivo à indústria. Uma vez efetuado grande dispêndio na construção e modernização da infra-estrutura, visto o foco ser o crescimento em longo prazo, a manutenção da alta taxa de investimento de recursos humanos e a elevação nas taxas de investimentos em indústrias implica no desenvolvimento de tecnologias.

Os fundos estruturais permitiram ao governo irlandês direcionar recursos próprios à áreas não-elegíveis pelos fundos estruturais, tais como a região de Cork e Dublin. Além disso, contribuíram para a desconcentração da renda dentro da Irlanda – as áreas beneficiadas pelos fundos estruturais tendem a

diminuir sua defasagem em relação às regiões mais ricas, não só no que se refere à infra-estrutura, mas também quanto ao que se refere à mão-de-obra.

Os distritos da Irlanda mais ligados à agricultura são os que mais necessitam destes recursos, visto que são as regiões que mais necessitam destes recursos, visto que são as regiões que menos recebem capital estrangeiro. Com estes recursos podem então reforçar a identificação com o setor e assim conseguem crescer num ritmo mais próximo ao do restante da economia.

4.4 FATORES QUE INFLUENCIAM O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA IRLANDA

A recuperação econômica da Irlanda na década de 90 esteve diretamente relacionada com sua capacidade de atrair investidores estrangeiros. Complementando o sistema educacional, as ações da IDA e a implementação da PNR, uma série de fatores contribuíram para o crescimento no período.

BARRY (2007, p. 202) aponta os fatores abaixo como os principais para a atração de investimentos estrangeiros diretos:

- sua condição de membro da União Européia;
- mão-de-obra barata e fluente em inglês;
- baixa taxa corporativa;
- a experiência e habilidade da IDA;
- a qualidade da infra-estrutura de telecomunicação;
- um sistema educacional plenamente integrada a estratégia de desenvolvimento.

O primeiro fator está relacionado aos investimentos americanos. A Irlanda seria a porta de entrada principal para os norte-americanos ingressarem no mercado europeu. A proximidade geográfica da porção oeste da Europa

torna-a mais acessível aos mercados mais opulentos da Europa, através de acordos que intensificam e facilitam o comércio.

Produzir na Inglaterra ou na parte continental da Europa poderia estreitar ainda mais a proximidade geográfica. Entretanto produzir na Irlanda é mais barato que na Inglaterra, pelo fato dos salários serem mais baixos e a taxa corporativa menor.

Salários baixos em si não são atrativos se não estiverem aliadas à apurada formação. A mão-de-obra da Irlanda só passou a ser atrativa nos anos 80, quando as reformas educacionais das décadas anteriores começaram a produzir em larga escala profissionais bem qualificados, atentos às necessidades do mercado.

GUNNIGLE e McGUIRE (2001), consideram que a taxa corporativa é o principal atrativo para as empresas estrangeiras, sendo este por exemplo, o diferencial entre Irlanda e Escócia. Efetivamente, a Escócia tem uma localização tão boa quanto da Irlanda e é muito similar culturalmente, mas a grande diferença na taxa corporativa torna a Irlanda preferível para investimentos.

Suponhamos uma empresa que está em dúvida entre investir na Irlanda ou na Escócia. Consideremos que ele espera obter um retorno de 20% de lucro bruto. O lucro líquido na Irlanda ficaria em 17,5% (descontando a taxa corporativa). Já na Escócia, o lucro líquido ficaria em 14,4%. A taxa corporativa aqui é a de 2008, sendo que a taxa da Irlanda é de 12,5% e a da Escócia é de 28% (taxa corporativa do Reino Unido).

Na tabela abaixo, há uma tabela comparativa entre as taxas corporativas:

TABELA 5 – TAXA CORPORATIVA NA IRLANDA E EM OUTROS PAÍSES

País	Porcentagem (2008)
Irlanda	12,5%
China	25%
Holanda	25,5%

Reino Unido	28%
Japão	41%
Estados Unidos	39,5%

Fonte: IDA

A taxa corporativa da Irlanda é menos da metade da taxa da Holanda e do Reino Unido, metade de taxa chinesa e pouco menos de um terço da taxa corporativa do Japão e dos Estados Unidos. Deste modo, a taxa corporativa da Irlanda não é atrativa somente para as multinacionais americanas, mas também para as multinacionais de outros países da Europa e para multinacionais asiáticas. A grande diferença nas taxas permite a prática de transferência de preços, que auxilia as multinacionais a minimizarem o pagamento de impostos (SALVATORE, p. 220, 1999).

O fator custo é o principal motivo. Entretanto fatores qualitativos têm tanta importância quanto os impostos e os baixos salários.

A aprimoração da infra-estrutura através da utilização dos fundos estruturais e fundos de coesão mantêm a Irlanda como ponto estratégico para as indústrias americanas investirem. Se o capital estrangeiro propiciou a construção de uma estrutura moderna, os fundos estruturais permitiram que a infra-estrutura fosse construída de forma a evitar gargalos no crescimento. Além de tudo, os fundos estruturais possibilitaram o Estado irlandês a ser mais rígido em sua reforma fiscal.

O dinamismo e a solidez das instituições irlandesas asseguraram fluxo de investimentos externos diretos. O pleno conhecimento dos americanos à respeito da Irlanda contribuíra decisivamente.

É importante frisar que não somente empresas multinacionais migraram para a Irlanda. Empresas de capital fechado medianas, ou “venturosas” conforme designa LYNCH-FANNON, aproveitaram a política favorável de tributação. Este detalhe é significativo, pois as diferenças nos custos são tão representativos que mesmo empresas menores consideram a possibilidade de investir. As multinacionais conseguem facilmente financiar seus investimentos. As empresas pequenas e médias têm riscos consideravelmente maiores, e efetuam investimentos na Irlanda justamente pelas condições propícias.

O reduzido mercado interno da Irlanda faz com que a continuidade desse processo de crescimento ostensivo dependa do comércio internacional. O retorno de emigrantes aumenta o mercado interno e promove concorrência no mercado de mão-de-obra. Isso é favorável em dois aspectos: reduz os salários, mantendo-os competitivos, e aumenta o mercado interno, fortalecendo a indústria local.

Esta série de fatores complementam-se e concorrem para induzir a recuperação da Irlanda através da atração de recursos estrangeiros. O crescimento contínuo dependeu da reconfiguração da economia irlandesa, resultado da modernização.

5. CONCLUSÃO

O crescimento econômico da Irlanda na década de 1990 pode ser interpretado de várias formas: desde como recuperação de uma série crise econômica nos anos 80 até como simples convergência da Irlanda aos países da União Européia.

Todas as interpretações acerca do crescimento econômico da Irlanda têm um denominador comum: apontam que a estratégia de atração de investimento externo direto como a chave para o desenvolvimento da Irlanda. É necessário, porém, ressaltar o mérito da Irlanda em conseguir atrair esses recursos em quantidade suficiente para modernizar a economia e redistribuir renda.

O capital das empresas norte-americanas pode ser apontado com êxito como o principal motor do crescimento irlandês, mas, se não houvesse condições mínimas de infra-estrutura e estabilidade macroeconômica, certamente as empresas americanas que atualmente funcionam na Irlanda escolheriam outro destino.

O desenvolvimento da economia da Irlanda é fato devido a sucessivas reformas nas décadas anteriores. Reforma educacional, reforma fiscal, abertura da economia e reestruturação das indústrias são algumas das medidas que contribuíram para consolidar as instituições da Irlanda, e para aprimorar a estrutura produtiva, reduzindo a ineficiência da indústria local e aprimorando a mão-de-obra.

O modelo de economia da Irlanda depende fatalmente da atração do capital estrangeiro e de contínuo incremento do comércio internacional. Entretanto as pressões dos países vizinhos para o aumento da taxa corporativa e a taxa de crescimento dos salários podem reduzir o horizonte de crescimento acelerado. A Irlanda ainda assim terá uma excelente mão-de-obra e boa estrutura, mas poderá perder dois de seus principais trunfos.

De qualquer modo, é interessante a experiência da recuperação irlandesa, pois ela combina abertura econômica e planejamento minucioso, pactos sociais entre as instituições e internacionalização.

O recente período de prosperidade pouco condiz com o passado marcado pela submissão à Inglaterra. Contudo, foi a partir do longo histórico de

submissão que se estabeleceu fortes laços com os Estados Unidos. A penúria das décadas passadas instigou o povo irlandês a repensar suas instituições. Foi da união obtida do pacto social do Programa de Recuperação Nacional que conseguiram estabilidade macroeconômica para usufruírem das benesses da reforma educacional e das obras feitas com os fundos estruturais da União Européia.

Neste trabalho, busquei demonstrar que a recuperação econômica da Irlanda não surgiu de um fator isolado, mas sim de uma associação de condições: reforma no sistema educacional, redução de déficit público e fundos estruturais da Europa. Estas condições foram imprescindíveis para atrair o capital estrangeiro.

As similaridades culturais, entretanto, embora muito relevantes, ficaram marginalizadas neste trabalho. Este aspecto envolveria uma miríade de fatores que dificilmente poderia ser abordado de forma satisfatória, como por exemplo, o sistema de leis dos dois países mesmo o grau de conhecimento dos americanos a respeito da Irlanda. Reconheço que o fator cultural não é desprezível, mas foi necessário priorizar os fatores diretos para tornar este trabalho mais objetivo. Não conseguiria, nesta monografia, demonstrar toda a influência dos irlandeses na cultura americana, visto que essa influência se dá em muitíssimos campos: arte, política, entretenimento e religião.

O gráfico abaixo sintetiza a conclusão:

GRÁFICO 4 – RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA IRLANDA



Fonte: elaborado pelo autor

Na década de 1980, a Irlanda já possuía todas as qualidades necessárias para seu crescimento: baixa tributação, boa infra-estrutura, mão-de-obra qualificada e acordos comerciais vantajosos. Entretanto, somente após a implementação da PNR a Irlanda teve estabilidade econômica para impulsionar seu crescimento de modo mais significativo.

Termino por ressaltar que o êxito do modelo irlandês de crescimento deve-se à plena adequação à sua realidade. No processo de recuperação teve sérios retrocessos, mas o mais importante é que conseguiu efetuar reformas com base nos erros pretéritos, conseguindo sair da situação de relativa pobreza e chegar numa situação próxima a opulência.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHEARNE,A.;KYDLAND,F.;WYNNE,M. **Ireland's great depression**. Research Department Paper 0510. Dallas: Federal Reserve Bank Of Dallas, 2005.

BARRET, A. **Irish migration: characteristics, causes and consequences**. Discussion paper nº 97. Bonn: IZA, 1999.

BARRY,F.; **Third-level education, foreign direct investment and economic boom in Ireland**. Int. J. Technology Management, vol. 38, nº 3,2007.

_____ ; **Foreign direct investment and institucional co-evolution in Ireland**. Trinity College Dublin. 2007.

_____ ;DEVEREUX,M.B. **A theoretical growth model for Ireland**. The Economic and Social Review, vol. 37, nº 2, 2006, pp. 245-262.

BAUMANN, R.; CANUTO. ; GONÇALVES,R. **Economia internacional- teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Campus. 2004. cap. 6.

BLANCHARD,O. **Macroeconomia**. 3ª Ed. São Paulo: Pearson – Prentice Hall, 2004.

CARDOSO, F.; **Aspectos e considerações gerais sobre as altas taxas de crescimento da Irlanda**. Panorama Macroeconômico – Informações FIPE. Nº 304,2006, PP. 20-23.

GALBRAITH,J.K. **A era da incerteza**. São Paulo: Pioneira/UnB. 1979, pp. 28-30

GUNNIGLE,P.;McGUIRE. **Why Ireland? A qualitative review of the factors influencing the location of US multinationals in Ireland with particular reference to the impacto of labour issues**. The economic and social review. Vol. 32, nº 1. 2001. PP. 43-67

JONES, C.L.; **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus. 2000. cap. 2,3 e 4.

JONES, H.G.; **Modernas teorias do crescimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1979. cap. 4.

KRUGMAN, P. OBSTFELD. M. **Economia internacional**. 5ª Ed. São Paulo: Pearson- Makron Books. Cap. 9

LYNCH-FANNON, I. **The luck of the irish or just plain old tax and regulatory planning? The sucess of venture capitalism in Ireland**. University College Cork.

HONOHAN, P.; WALSH, B. **Catching up with the leaders: the irish hare**. Brooking Panei On Economic Actvity, nº 1, 2002.

MARX, K. **O capital**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 1, Vol. 2, pp. 806-823.

McCARTHY, F.D. **Social policy and macroeconomics – the irish experience**. Policy Research Working Paper 2736. The World Bank, 2001.

O'LEARY, E. **Regional income estimates for Ireland: 1995**. University College Cork. 1999.

O'DONELL, R. **Ireland's economic transformation: industrial policy, european integration and social partnership**. Working Paper Nº 2 – Center for West European Studies- University of Pittsburgh, 1998.

ÖZENEN, C.G. **The effects of structural funds on Ireland's development and lessons for Turkey**. General Directorate of economic Sectors and Coordination department of infrastrcuture and Services of Turkey. 2006

SALVATORE, D. **Economia internacional**. 6ª Ed.. Rio de Janeiro: LTC, 1999 cap. 11